

2 Ações e Programas

2.2 – Da Gestão Ambiental e Territorial dos Povos Indígenas

Uma vez assegurado aos Povos Indígenas a proteção e a posse plena de seus territórios, também é de nossa competência garantir o usufruto exclusivo e a permanência em suas terras, bem como a execução das políticas públicas pertinentes ao território. Portanto, somos responsáveis por promover e garantir a sustentabilidade dos territórios indígenas através de políticas voltadas para a justiça ambiental e climática, para a preservação da biodiversidade e para o bem viver dos povos indígenas. Essas ações são realizadas em parceria com diversas instituições, garantindo uma abordagem integrada e colaborativa.

Para o alcance dos nossos objetivos, apoiamos a elaboração e implementação de planos de gestão territorial e ambiental, coordenando o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Também promovemos a participação efetiva de representantes indígenas e governamentais, assegurando que as políticas e ações reflitam as necessidades e aspirações dos povos indígenas respeitando a diversidade social e cultural das etnias.

Objetivos Finalísticos	Valor Gerado
Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena	Proteção territorial e dos povos isolados e de recente contato
Promover a justiça socioambiental e climática nos territórios indígenas	

Mais detalhes das ações e programas referentes a esta temática:

2 Ações e Programas.....	1
2.2 – Da Gestão Ambiental e Territorial dos Povos Indígenas.....	1
2.2.1 Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – CG-PNGATI	3
2.2.2 Projeto de elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada para Povos Indígenas	4
2.2.3 Instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas.....	4
2.2.4 Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra.	5
2.2.5 Acordos de Cooperação técnica (ACT)	6

2.2.6 Eventos formativos	7
2.2.7 Plano Clima	8
2.2.8 Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre Biodiversidade (EPANB)	9
.....	10
2.2.9 16º Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - 16º COP UNCCD.....	10

2.2.1 Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – CG-PNGATI

Paralisado desde 2018, o Comitê Gestor da PNGATI, responsável pela coordenação da execução da política, foi reinstituído por meio do Decreto nº 11.512, de 28 de abril de 2023, representando a retomada desta política de planejamento e manejo das terras indígenas e de suas principais ferramentas, os Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (IGATIs). Deste modo, temos acompanhado as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - CGPNGATI desde sua reinstalação, além de realizado diversas oficinas formativas e de governança da política.

As Oficinas de Governança Regional da PNGATI são espaços pensados para discutir e aprofundar sobre os avanços e desafios para implementação da PNGATI, bem como identificar as lacunas que impedem a aplicação da política. As oficinas objetivam:

- Alinhar sobre o processo de construção e implementação da PNGATI;
- Compartilhar experiências metodológicas de construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas;
- Compartilhar experiências de implementação da PNGATI nos Territórios Indígenas;
- Identificar desafios e recomendar estratégias de implementação da PNGATI nos territórios indígenas;
- Nivelar o conhecimento das estruturas do MPI, da FUNAI e Secretarias/Superintendências Estaduais dos Povos Indígenas junto às redes institucionais e indígenas visando preparar a base para a retomada da instância de governança regional da PNGATI;
- Qualificar o potencial de trabalho entre as instituições regionais em relação a governança da PNGATI, visando as corresponsabilidades das políticas públicas nos territórios indígenas no âmbito das Coordenações Regionais e Técnicas Locais da FUNAI;
- Promover a corresponsabilidade de forma articulada e pactuada dos processos de decisão, implementação e monitoramento das estratégias de desenvolvimento da PNGATI a nível regional;
- Fomentar sinergias e ações complementares entre os diversos projetos nacionais e locais a fim de fortalecer a governança da PNGATI, fortalecendo as redes institucionais, organizações e comunidades indígenas;
- Realizar ações de escalonamento sobre a governança da PNGATI no âmbito do Comitê Gestor, das Câmaras Técnicas e das Secretarias estaduais e municipais de Povos Indígenas;
- Envolver as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais para proposições que busquem tratar da PNGATI.

Estão previstas dez oficinas até o final de 2026, sendo que a primeira destas ocorreu em janeiro de 2024, no estado do Ceará, com representantes indígenas do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. A segunda oficina ocorreu em setembro de 2024, no estado do Maranhão.

Já as oficinas formativas surgem com o objetivo de aprofundar o conhecimento das comunidades indígenas sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), proporcionando subsídios essenciais à compreensão sobre o andamento da implementação da política dentro dos territórios indígenas, além de possibilitar que nossa atuação seja mais efetiva. Durante o ano de 2024 foram realizadas 03 (três) oficinas formativas da Política Nacional de Gestão Territorial e

Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), sendo 02 (duas) destas realizadas no Ceará - Uma para os Técnicos da Secretaria de Povos Indígenas do Estado do Ceará e outra para os jovens indígenas do povo Tremembé – e a última realizada no território Mendonça, no estado do Rio Grande do Norte. Ao longo do ano de 2025, há perspectiva quanto ao aumento do número de formações, possibilitando maior alcance destas em territórios indígenas.

Responsável: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Promoção e o Fortalecimento da Participação plena e efetiva de representantes indígenas e governamentais no Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - CGPNGATI.

2.2.2 Projeto de elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada para Povos Indígenas

O Projeto de elaboração de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada para Povos Indígenas é uma ação em parceria com a Universidade Federal Fluminense. O objetivo da iniciativa é apoiar a elaboração de 20 Protocolos de Consulta Livre Prévia e Informada, nos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, contemplando 04 Protocolos de Consulta por Bioma. Tal iniciativa possui a finalidade de aumentar a segurança jurídica de comunidades indígenas frente a medidas que possam afetar seus territórios e modos de vida.

No ano de 2024 iniciou-se a primeira etapa da iniciativa, que consistiu em apresentação dos projetos para as comunidades indígenas e assinaturas dos termos de consentimento para elaboração dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada. No ano de 2024 quatro termos foram assinados, sendo que as demais apresentações e assinaturas dos termos devem ser cumpridas até primeiro trimestre do ano de 2025. A proposta é que os 20 protocolos de consultas sejam elaborados e entregues às comunidades indígenas até o final do ano de 2025.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Aumentar a segurança jurídica de comunidades indígenas frente a medidas que possam afetar seus territórios e modos de vida.

2.2.3 Instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas

A elaboração dos instrumentos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas tem como princípios a participação indígena nas decisões que os afetam, perseguindo as possibilidades dos acordos e consensos quanto aos usos que os povos indígenas fazem de seu território. Também constrói canais de diálogo com o Estado e com organizações da sociedade civil e criam articulações e arranjos institucionais que contribuem no processo de etnodesenvolvimento, sustentabilidade ambiental e territorial dos povos e terras indígenas. Ao longo de 2024, continuamos nos dedicando à sensibilização e mobilização de lideranças indígenas para o desenvolvimento participativo de seus respectivos instrumentos de gestão:

- Em colaboração Técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, iniciamos a elaboração de 13 (treze) Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas que deverão ser concluídos até o final de 2025. Além disso, serão realizadas 05 (cinco) Oficinas Regionais de Governança no âmbito da PNGATI, visando a escuta ativa das comunidades indígenas e a consolidação de informações para a construção de estratégias de governança territorial e ambiental;
- Em parceria com a Frente de Proteção Etno-Ambiental do Médio Xingú (FUNAI) iniciamos o apoio ao Povo Parakanã na implementação de PGTAs sustentáveis na TI Apyterewa. O foco do projeto está na ampliação da presença do povo no território, na proteção e no fortalecimento das suas atividades econômicas, contribuindo para a consolidação a médio e longo prazo da Operação de Desintrusão da TI Apyterewa (Operação TIATB) e para a segurança das ações de reocupação da comunidade, conforme ordenado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 709. Foram realizadas atividades de melhoramento das vias de acesso aos centros de produção e às novas aldeias implantadas pelos Awaeté Parakanã e compra de equipamentos para apoiar no cultivo e lavoura de cacau;
- Em acordo de Cooperação com o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB iremos apoiar a implementação de PGTAs em 15 terras indígenas através do Projeto Ywy Ipuranguete: Conservação da Biodiversidade. O projeto atua na proteção e manutenção da biodiversidade das Tis, incluindo o auxílio às populações na redução do desmatamento e no aumento da resiliência Climática. Estes planos são desenvolvidos num processo participativo que respeita a cultura de cada povo, com o apoio de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Instituições Governamentais.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Consolidação de terras indígenas por meio do controle territorial, geração de renda e desenvolvimento de cadeias de valor, valorização do conhecimento tradicional e práticas culturais, gestão e disseminação do conhecimento gerado.

2.2.4 Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra.

O Programa Mosarambihára: Semeadores do Bem Viver para Cura da Terra, instituído pela portaria GM/MPI N° 97, de 20 de março de 2024, foi construído para otimizar recursos financeiros, humanos, logísticos e materiais para contribuição do Bem Viver Indígena, pautado nos seguintes objetivos:

- I - fortalecer os povos e comunidades indígenas em ações de proteção e gestão territorial;
- II - fomentar o uso sustentável dos recursos naturais de suas terras e territórios por meio de práticas de manejo florestal comunitário;

- III - apoiar as comunidades nos meios culturais de conservação e gestão sustentável, e no manejo dos recursos naturais de suas terras;
- IV – apoiar na elaboração de instrumentos de gestão territorial e ambiental indígenas;
- V - Promover a participação e governança indígenas em processos e iniciativas de gestão ambiental e territorial;
- VI – apoiar projetos voltados à conservação dos biomas, ao uso sustentável dos recursos naturais, à segurança alimentar e à proteção e recuperação ambiental nos territórios indígenas;
- VII – apoiar projetos de transição produtiva para sistemas agrícolas tradicionais, agroecológicos e agroflorestais; e
- VIII- apoiar projetos e iniciativas indígenas de capacitação, formação, intercâmbio de conhecimentos e educação socioambiental.

Dentro desse contexto, lançamos o Edital nº 17/2023 - Apoio à Agricultura Ancestral e Produção de Florestas que Promovam a Cultura Alimentar dos Povos Indígenas para apoiar a projetos que envolvam a prática de agricultura ancestral e produção de florestas que promovam a cultura alimentar dos povos indígenas nos biomas Cerrado, Caatinga, Pampa, Pantanal e Mata Atlântica, valorizando a diversidade de culturas e povos indígenas do Brasil. Os objetivos específicos deste Edital consistem em restaurar áreas degradadas com espécies nativas e monitorar as mudanças nos ecossistemas nos vários biomas brasileiros; promover a transição ecológica e a agrobiodiversidade; garantir a segurança alimentar e nutricional; e identificar e apoiar o manejo de espécies de importância sociocultural e valorizar as práticas agrícolas ancestrais e as sementes crioulas.

O Edital nº 18/2024, KAROÁ: fortalecimento das mulheres indígenas do bioma caatinga na gestão socioambiental de seus territórios foi lançado com o objetivo incentivar ações de gestão socioambiental realizada por mulheres indígenas cujos territórios pertencem ao bioma Caatinga. Foram premiadas de 20 (vinte) propostas de R\$30.000,00 (trinta mil reais) com aporte financeiro global de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), reconhecendo e valorizando o protagonismo das mulheres indígenas na gestão ambiental em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Restauração de áreas degradadas, monitoramento das mudanças nos ecossistemas dos biomas brasileiros, promoção da transição ecológica e da agrobiodiversidade, garantia da segurança alimentar e nutricional e reconhecimento do protagonismo feminino na gestão socioambiental.

2.2.5 Acordos de Cooperação técnica (ACT)

Os Acordos de Cooperação Técnica (ACT) são instrumentos utilizados no âmbito do governo federal para formalizar parcerias entre órgãos e entidades da administração pública. O objetivo é facilitar o desenvolvimento de projetos e ações, compartilhando dados, informações, recursos humanos e materiais. Neste sentido, nós estabelecemos duas parcerias importantes:

- **Acordo de Cooperação Técnica MPI/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS/Ministério da Saúde - MS – Sistemas Alimentares Indígenas:** Muito embora o Brasil tenha saído do Mapa da Fome da FAO, em 2014, os dados nacionais disponíveis, ainda

mostram números preocupantes de insegurança alimentar entre Povos indígenas e Comunidades Tradicionais. O objeto deste ACT é fomentar e/ou apoiar sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e culturalmente referenciados. Por meio da elaboração de ferramentas que permitam a realização do diagnóstico de sistemas alimentares tradicionais de áreas indígenas e consequente identificação de demandas em segurança alimentar e nutricional, serão executadas ações intersetoriais nos territórios, comunidades e/ou Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. O projeto será desenvolvido em três fases, com duração total de 36 (trinta e seis) meses. A primeira etapa envolve a construção e validação de uma matriz diagnóstica para avaliar os sistemas alimentares indígenas; já a segunda fase realizará a criação e validação de uma metodologia de formação, juntamente com um kit didático, para capacitar multiplicadores; por fim, a terceira fase objetivará a implementação da matriz e dos planos intersetoriais em 10 (dez) comunidades indígenas.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Promoção da Segurança alimentar em Terras indígenas através da atuação intersetorial.

- **Acordo de Cooperação Técnica MPI/MTur – ETNOTURISMO:** Tal iniciativa tem o objetivo geral de realizar ações voltadas ao apoio do desenvolvimento, a promoção nacional e internacional, a comercialização de experiências e de produtos turísticos, bem como a promoção do ecoturismo e do etnoturismo de base comunitária em territórios indígenas. O Objetivo deverá ser realizado de forma responsável, contribuindo para a conservação da sociobiodiversidade, valorização das histórias e das culturas indígenas, protagonismo comunitário, valorização das tradições, costumes e saberes e fazeres locais, geração e distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida coletiva e integração econômica de jovens e mulheres indígenas. O ACT está em execução com a perspectiva de realizar o diagnóstico, levantamento e sistematização de informações relativas ao turismo de comunidades indígenas, a produção de 06 (seis) materiais com informações e as boas práticas de turismo responsável para sensibilização dos povos e comunidades tradicionais, gestores públicos e privados de turismo e para visitantes, além do aprimoramento de experiências e de qualificação dos atores envolvidos com turismo em comunidades indígenas e da promoção e apoio à comercialização.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Geração e distribuição de renda, valorização da cultura indígena, protagonismo comunitário e melhoria da qualidade de vida coletiva.

2.2.6 Eventos formativos

Na perspectiva de capacitar e promover a inserção dos povos indígenas em debates de temáticas ligadas à gestão ambiental e justiça climática, apoiamos e organizamos diversos eventos:

- **1º Encontro Indígena de Restauração – EIRE:** Realizado como parte da 5ª Conferência da Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE), o evento promoveu debates e trocas de conhecimentos entre os representantes indígenas, técnicos de organizações e iniciativas da sociedade civil e governo, envolvidos na temática da conservação e recuperação dos ecossistemas, integrando ao conhecimento técnico-científico a visão dos saberes ancestrais da conservação e da recuperação dos ecossistemas;
- **1º Encontro nacional de agroecologia indígena:** O encontro objetivou a valorização dos conhecimentos milenares dos povos indígenas, reunindo diversos atores do governo, entidades da sociedade civil e lideranças indígenas. Destacamos a importância das práticas ecológicas, produtivas e de autodeterminação, levando ao debate as formas de garantir o bem viver dos povos indígenas através do conhecimento tradicional de promoção de práticas sustentáveis e de manutenção da agrobiodiversidade local, além de tratar da gestão territorial e de políticas públicas de fortalecimento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI);
- **Seminário Nacional REDD+ e Terras Indígenas:** O evento teve como enfoque o diálogo entre governo, sociedade civil e povos indígenas sobre a importância dos territórios indígenas para a saúde do planeta, políticas de proteção ambiental e territorial, salvaguarda e repartição de benefícios em programas REDD+. Também foram postos em pauta os avanços das políticas estaduais de REDD+, os caminhos para regulamentação de um mercado de emissões nacional, dialogando com os povos indígenas frente à construção do mecanismo REDD+ no Brasil;
- **Aragwaksã 2024: I Seminário Nacional de Etnovivências em Territórios Indígenas e o Enfrentamento à Crise Climática:** O evento ofereceu uma abordagem única, apresentando a etnovivência, particularmente o etnoturismo, como elementos-chave em um modelo econômico de transição e de enfrentamento à crise climática em territórios tradicionais. A visão integradora do evento, abrangendo desde a sustentabilidade socioambiental até a preservação cultural, ofereceu um roteiro para outros programas e políticas públicas;
- **2º Seminário "Justiça Climática para Proteção dos Direitos e Soberania dos Povos Indígenas":** O Seminário teve como objetivo fortalecer o diálogo entre o governo, povos indígenas e a sociedade civil, aprofundando a discussão sobre a justiça climática como ferramenta de garantia de direitos e da soberania dos povos indígenas diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Também foram debatidas e revisadas as políticas climáticas que dialogam com as ações locais e a urgência do tema para enfrentar as mudanças climáticas.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Fortalecimento da salvaguarda dos territórios indígenas; representação qualificada dos povos indígenas na construção de políticas que lhe são afetas; fortalecimento do enfrentamento à crise climática e da sustentabilidade socioambiental

2.2.7 Plano Clima

O Plano Clima está inserido no contexto da meta brasileira do Acordo de Paris, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), sendo o principal instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Ele orienta as ações do Brasil para

enfrentar a mudança do clima até 2035. Sua elaboração é conduzida desde o segundo semestre de 2023, no qual estamos incidindo através do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Como forma de contribuição, realizamos uma oficina com a participação de indígenas, representantes de organizações indígenas, servidores da FUNAI, do nosso Ministério e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para publicizar os capítulos do Plano Clima Adaptação - Setor Povos Indígenas e construir coletivamente ações para o enfrentamento da mudança do clima de 2024 a 2035. Também disponibilizamos uma plataforma online de consulta com intuito de, por meio da contribuição da sociedade civil de forma geral, providenciar uma contextualização em forma de diagnóstico para compor o projeto liderado pelo MMA. Esse processo consolidou uma base técnica e científica robusta, fortalecida pela colaboração intersetorial que norteia o plano. Adicionalmente, a participação ativa de representações indígenas garantiu que o plano refletisse suas perspectivas.

Também participamos das discussões e debates na elaboração do Plano Clima Mitigação, contribuindo na atualização de Capítulos do Grupo técnico de Trabalho de mitigação através da participação de oficinas virtuais e presenciais realizadas pelo MMA. Os debates levaram em conta ações como o fomento a práticas de agropecuária de baixo carbono, o aumento da eficiência energética, a oferta de hidrogênio verde e uso de outros combustíveis de baixa emissão, até a coleta seletiva de lixo e o aproveitamento energético dos resíduos sólidos. A Estratégia Nacional de Mitigação será acompanhada por sete planos setoriais com definição de ações, metas, custos de implementação, meios de financiamento, monitoramento e avaliação.

Durante a elaboração do Plano Clima Mitigação, uma das ações propostas foi “Mapear áreas sob risco climático elencando graus de exposição (alta, média e baixa)”. Dessa forma, juntamente com a FUNAI, estamos empregando esforços no sentido de criar um componente indígena na plataforma AdaptaBrasil, sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI. Um bolsista foi contratado para atuar junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e foram realizadas diversas reuniões técnicas entre MPI, FUNAI e o INPE. A construção dos índices e indicadores deve ser realizada ao longo de todo o ano de 2025. Assim iremos avançar no conhecimento sobre os impactos dessas mudanças nas comunidades e territórios indígenas, reduzindo a vulnerabilidade e planejando políticas públicas eficazes de mitigação e adaptação.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Representação qualificada dos povos indígenas na construção de políticas que lhe são afetas; construção de políticas de enfrentamento à crise climática.

2.2.8 Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre Biodiversidade (EPANB)

O processo de atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacional sobre Biodiversidade (EPANB) tem avançado com iniciativas que visam ampliar a participação social e garantir que diferentes vozes sejam ouvidas na construção das diretrizes para a conservação da biodiversidade no Brasil. Entre os dias 10 e 13 de junho de 2024, foi realizada a Oficina de Guardiões e Guardiãs da Biodiversidade, cujo objetivo

foi informar e coletar as contribuições de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares. A incorporação de seus conhecimentos e práticas tradicionais no processo de atualização da EPANB é fundamental para que as estratégias de conservação sejam eficazes e culturalmente apropriadas.

Dando continuidade a esse processo, nos dias 18 e 19 de setembro de 2024, foi realizada a Oficina Nacional Intersetorial, um espaço estratégico para análise de aderência das metas, priorização de ações e avaliação da suficiência das medidas propostas. No entanto, considerando as diferenças de poder entre os diferentes setores envolvidos e a necessidade de garantir uma participação mais equitativa, foi promovida uma Oficina Preparatória específica para Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade. Essa iniciativa buscou assegurar que esses atores pudessem interagir de forma mais justa e contribuir de maneira efetiva para as discussões da Oficina Intersetorial, reforçando o compromisso do Brasil com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, que destacam a importância do envolvimento ativo das comunidades locais e indígenas na implementação de políticas ambientais.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Conservação e proteção da biodiversidade valorizando os saberes e práticas dos povos indígenas; cumprimento do compromisso do Brasil com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal.

2.2.9 16ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - 16ª COP UNCCD

A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) é um dos três principais tratados da Organização das Nações Unidas (ONU) conhecidos como Convenções do Rio, juntamente com o clima e a biodiversidade. Representamos o Brasil institucionalmente no evento, junto com o Ministério do Meio ambiente e o Ministério das relações exteriores apresentando as ações realizadas pelo Estado brasileiro para mitigar os impactos da estiagem prolongada na região Norte, e os desafios logísticos da assistência humanitária de atendimento aos indígenas na Amazônia brasileira. Além disso, representamos os povos indígenas do Brasil com papel de liderança junto ao movimento indígena global.

Como resultado de nossa incidência, articulamos e apresentamos a proposta de formalização do Caucus Indígena, instância de representação de povos indígenas em fóruns intergovernamentais e da ONU, prestamos apoio técnico aos representantes diplomáticos do Brasil nos grupos de contato e negociações, além de nos fazermos presentes nos mais diversos espaços dedicados aos debates de temáticas afetas aos povos indígenas. Há uma expectativa de continuidade de participação do Brasil nas próximas Convenções da ONU para Combate à Desertificação, em especial com espaços próprios dos povos indígenas.

RESPONSÁVEL: SEGAT

VALOR PÚBLICO GERADO: Representação dos povos indígenas do Brasil com papel de liderança junto ao movimento indígena global.